PRIMEIRAS LINHAS
DO
DIREITO AGRARIO
DESTE REINO.

PELO BACHAREL

PORFIRIO HEMETERIO HOMEM DE CARVALHO.

LISBOA;
NA IMPRESSÃO REGIA.

1815.

Com Licença.

Omnium rerum ex quibus aliquid exquiritur, nihil est
agricultura melius, nihil uberius, nihil dulcius, nihil ho-
mine libero dignius.

Cicero.

ILLUSTRÍSSIMO, E EXCELENTÍSSIMO SENHOR

DOM MIGUEL PEREIRA FORJAZ,

*Do Conselho do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor,
Grão Cruz da Ordem de Sant-Iago da Espada, Te-
nente General dos Reaes Exercitos, Secretario do
Governo de Portugal, Encarregado dos Ne-
gocios da Guerra, etc. etc. etc.*

SE não fôra coisa natural dos altos animos ter as virtudes em muito, mas o pregão dellas em pouco, eu me occupára em referir as que se admirão na pessoa de V. E., por isso que são ellas que me animão, convertendo o meu temor em ousadia, a escudar com o preclarissimo nome de V. E. esta minha pequena obra. Eu tenbo a honra de buscar a V. E. por patrono della, para que sustentada por tão alta columna, não lhe divizem os erros. Digne-se pois V. E., acceitando esta limitada offerta, de conceder-me a fortuna de seu cliente, e de desculpar o arrojo do obsequio, a que me precisou o reconhecimento devido ás virtudes de V. E., a quem Deos traga em sua especial guarda, como carecemos.

Sou com sentimentos de grande respeito

De V. E.

Admirador, e obrigadissimo subdito

Porfirio Hemeterio Homem de Carvalho.

1871
1872
1873
1874
1875
1876
1877
1878
1879
1880
1881
1882
1883
1884
1885
1886
1887
1888
1889
1890
1891
1892
1893
1894
1895
1896
1897
1898
1899
1900

1901
1902
1903
1904
1905
1906
1907
1908
1909
1910
1911
1912
1913
1914
1915
1916
1917
1918
1919
1920
1921
1922
1923
1924
1925
1926
1927
1928
1929
1930
1931
1932
1933
1934
1935
1936
1937
1938
1939
1940
1941
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000

2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025
2026
2027
2028
2029
2030
2031
2032
2033
2034
2035
2036
2037
2038
2039
2040
2041
2042
2043
2044
2045
2046
2047
2048
2049
2050
2051
2052
2053
2054
2055
2056
2057
2058
2059
2060
2061
2062
2063
2064
2065
2066
2067
2068
2069
2070
2071
2072
2073
2074
2075
2076
2077
2078
2079
2080
2081
2082
2083
2084
2085
2086
2087
2088
2089
2090
2091
2092
2093
2094
2095
2096
2097
2098
2099
2100

SECÇÃO PRIMEIRA.

CAPITULO I.

Das Terras do Soberano.

DO Soberano são as terras , que elle adquirio sem culpa dos vassallos , ou por culpa delles (1) : as terras vagas , a que não he achado senhor certo (2), e as ilhas adjacentes (3).

As terras da Coroa ou se dão (4), ou se arrendão (5), ou se aforão (6).

CAPITULO II.

Das Terras dos Vassallos.

DOs vassallos são as terras , que elles possuem por doação do Soberano, (que he vitalicia, ou de

(1) Ord. Liv. 2. tit. 26. 36. e 52. Liv. 4. tit. 10. Liv. 5. tit. 1. e 6. Alv. de 21 de Fevereiro de 1761.

(2) Ord. Liv. 2. tit. 26. §. 17.

(3) Ibid. §. 10.

(4) Ord. Liv. 2. tit. 35.

(5) Ord. Liv. 4. tit. 41.

(6) Ord. Liv. 2. tit. 63. Coll. 1. t. 63. n. 1.

As estradas e ruas publicas , antigamente usadas , os rios navegaveis , e os de que se fazem os navegaveis , se são caudaes , que correm em todo o tempo : os portos do mar , onde os navios ancorão , pertencem ao Soberano , assim como outros muitos bens , que por não serem propriamente terras , delles não faço mensão. Ord. Liv. 2. tit. 26.

juro e herdade) ou por outro titulo legitimo ; que justifica o direito sobre ellas.

São pois dos vassallos os senhorios (1), capellas (2), os prazos (3), que são foreiros á Coroa, ou a vassallo, ou a corporação delles (4), os morgados (5), os bens allodiaes e livres.

Algumas terras gozão privilegio de couto. (6)

A respeito dos contratos, que se fazem sobre estes bens temos Leis (7), assim como ácerca dos pequenos predios confinantes com outros maiores, ou nelles encravados. (8)

CAPITULO III.

Do Tombo ou Demarcação.

O Tombo ou demarcação das terras (1), não só he util aos senhorios dellas ; por que os livra de le-

(1) Ord. Liv. 2. tit. 45. e 57. Coll. 1. t. 45. Coll. 2. t. 45. n. 1.

(2) Ord. Liv. 1. tit. 62. Lei de 9 de Setembro de 1769. Alv. de 23 de Maio de 1775.

(3) Ord. Liv. 2. tit. 1. §. 6. Liv. 4. tit. 37. e 97. §. 22. Liv. 5. tit. 1. §§. 1. e 2.

(4) Ord. Liv. 1. tit. 62. §§. 47. e 48. Liv. 4. tit. 36. 37. 38. 39. 41. e 96. Liv. 5. tit. 1. 6. e 65. Carta Regia de 4 de Junho de 1768. Alv. e Reg. de 20 de Abril de 1775.

(5) Ord. Liv. 3. tit. 93. Liv. 4. tit. 95. e 100. Liv. 5. tit. 6. Lei de 9 de Novembro de 1754. Coll. t. 1. pag. 90: veja-se tambem o Liv. 1. tit. 62. §§. 51. e 53.

(6) Ord. Liv. 5. tit. 104. e 123.

(7) Ord. Liv. 1. tit. 78. e 88. Liv. 4. tit. 4. 9. e 11.

(8) Lei de 9 de Junho de 1773.

(1) Ord. Liv. 1. tit. 16. §. 2. tit. 62. Coll. 1. n. 10. 11. e 12. tit. 66. Coll. 1. n. 14. §. 18.

tigios, mas tambem ao Soberano para a boa recepção dos tributos; e as penas aos que arrancão marcos (2) são necessarias.

Os bens das Cameras são tombados pelo Juiz de fóra, se o houver, se não pelo Corregedor. (3)

Sem medição e demarcação das sesmarias do Estado do Brazil, não se passão cartas de concessão, ou confirmação dellas. (4)

C A P I T U L O IV.

Das Sesmarias.

Sesmarias são propriamente as dadas de terras, casaes, ou pardieiros: que forão, ou são de alguns senhorios, e que já em outro tempo forão lavradas, e aproveitadas, e agora o não são: ellas não se reputão bens de Coroa, posto que lançados nos livros dos Proprios. (1)

Qual seja a maneira de se darem de sesmarias os ditos bens, porque tempo se dão, e quaes sejam os sesmeiros, vê-se na Ord. Liv. 4. tit. 43. (2)

Os Governadores, e Capitães Generaes do Estado do Brazil dão terras de sesmarias, e a Meza do Desembargo do Paço para a competente confirmação, mas na Corte e Provincia do Rio de Janeiro dá esta Meza as sesmarias. (3)

(2) Ord. Liv. 5. tit. 67.

(3) Alv. de 23. de Julho de 1766. §. 6.

(4) Alv. de 25 de Janeiro de 1809.

(1) Provisão de 5 de Dezembro de 1653.

(2) Cod. Affons. Liv. 4. tit. 80. Cod. Emm. Liv. 4. tit. 67.

(3) Decreto de 22 de Junho de 1808.

Nas capitanias do Estado do Brazil dão-se aos estrangeiros alli residentes, as dadas de terras de sesmarias do mesmo modo, que se dão aos Portuguezes. (4)

No territorio resgatado das incursões dos indios Botecudos consideráráo-se como devolutos todos os terrenos, que tendo sido dados de sesmarias, não tinham sido cultivados, nem demarcados. (5)

CAPITULO V.

Dos Tributos.

OS tributos lanção-se sobre as terras dos vassallos, quer elles as possuão por concessão da Coroa (1), quer não, ou sobre as suas producções, e generos de commercio. (2)

O Senhor Rei D. Manoel promoveo a agricultura, reformando os foraes das terras, e minorando

(4) Decreto de 25 de Novembro de 1808 : veja-se o Alv. de 5 de Outubro de 1795.

(5) Carta Regia de 2 de Dezembro de 1808.

No Alv. de 25 de Janeiro de 1809 dão-se varias providencias a respeito das sesmarias, estabelecendo-se nelle a forma da nomeação dos juizes dellas, e os sallarios, que elles, e mais officiaes devem vencer.

Aos 11 de Junho de 1709 se promulgou em França huma lei, em que se permittio a cultura de terras incultas, e derelictas, sem ser obrigado o cultor a dar cousa alguma ao senhor dellas.

(1) Ord. Liv. 1. tit. 66, §. 14.

(2) Ord. Liv. 2. tit. 11. 27. e 33.

os sensos (3), e o Senhor Rei D. José desterrou os abusos, que havia na satisfação delles. (4)

Do onus dos tributos ha varias isempções. (5)

Os vassallos senhores de terras impõe onus no aforamento (6), e arrendamento (7) dellas.

C A P I T U L O VI.

Das Servidões.

AS servidões (1) são uteis á agricultura, principalmente sendo promiscuas.

SECÇÃO SEGUNDA.

C A P I T U L O I.

Das Plantas.

§. I. Trigo.

HE defeza a exportação, para fóra do Reino,

(3) Ord. Emm. Liv. 2. tit. 45.

(4) Alv. de 16 de Janeiro de 1773.

(5) Ord. Liv. 2. tit. 59.

(6) Ord. Liv. 4. tit. 38. e 96. Liv. 5. tit. 38. Liv. 1. tit. 62. §. 48. Carta Regia de 4 de Julho de 1776.

(7) Alv. de 15 de Julho de 1779 : Lei de 3 de Novembro de 1757.

S. A. R., pelo seu Alv. de 3. de Junho de 1809, determinou, que se pagasse a siza de 10 por 100 das compras, e vendas dos bens de raiz.

(1) Veja-se a Lei de 27 de Novembro de 1804, e Mel-lo Freire, Instit. J. Lus., t. 3. tit. 13. §. 10.

de trigo, farinha, cevada, milho, e de outro pão de qualquer natureza (1); porém a importação he favorecida. (2)

(1) Ord. Liv. 5. tit. 112. *in princ.* Liv. 5. tit. 76. Coll. 1. t. 26. n. 3. Provisão de 30 de Março de 1680.

(2) Carta do Senhor Rei D. Manoel de 3 de Julho de 1516. Lêão Comp. part. 5. tit. 3. Liv. 3. fol. 183. Carta do Senhor Rei D. João 3.^o de 24 de Agosto de 1522: Ibid. Liv. 4. fol. 183. Alv. de 20 de Janeiro de 1646. Decreto de 16 de Abril de 1757. Alv. de 18 de Janeiro de 1773: Alv. de 12 de Junho de 1750: Alv. de 26 de Fevereiro de 1771. Ord. Liv. 2. tit. 26. Coll. 1. n. 3.

Sobre a cultura do pão no Reino: veja-se a Provisão Regia de de 1622.

Por Avisos de 23 de Fevereiro de 1810 se izemprário de todos os direitos, embargos, e penhores os trigos, milhos, e farinhas, que se importassem dos paizes estrangeiros para a Cidade do Porto, até á colheita que se seguiu.

Por Edital da Junta do Commercio, de 12 de Julho de 1810, em virtude do Aviso de 12 de Junho do mesmo anno, se publicou, que o Ministerio Britanico concedia licença para a exportação de grãos dos portos do Mediterraneo, que se não achassem restrictamente bloqueados, para os de Portugal.

O Senado, por Edital de 10 de Junho de 1810, prohibio cozer-se pão sem licença, para evitar se cozessem avarias; e por Edital de 9 de Agosto do mesmo anno excitou a observancia do de 20 de Abril de 1801, ácerca da venda de bollos, e biscoutaria, e por outro de 13 de Julho de 1811 prohibio a venda de maçarocas de milho nas ruas de Lisboa, que já havia prohibido pelo de 27 de Julho de 1810. O mesmo Senado por Edital de 7 de Janeiro de 1811 obrigou os padeiros do número, que servem as praças publicas de Lisboa, a venderem pão de pequenos pezos a quem o requeresse, e que nas fabricas, tendas, e mais lugares, onde se costuma vender pão, se partisse, se assim fosse exigido.

Como huma das causas da carestia do trigo, seja o monopolio que d'elle se faz, he este prohibido (3), assim como o atravessar, e revender o trigo. (4)

§. II. *Palha.*

O Senhor Rei D. Pedro I. ordenou, que os lavradores, que não empalheirassem toda a sua palha, tivessem pela primeira vez a pena de açoites, e as orelhas cortadas, e pela segunda vez fossem enforcados. (1)

Não se póde tomar palha aonde ElRei está sem

Pela Portaria de 26 de Outubro de 1811 se izemtprou de todo, e qualquer imposto nas raías do reino, e alfandegas dos portos seccos, todo o grão, que entrasse de Hespanha.

(3) Ord. Liv. 5. tit. 76. §. 5.

(4) Ibid. §. 10. Veja-se o Decreto de 5 de Janeiro de 1679.

A respeito do Terreiro do trigo: veja-se o Alv. de 24 de Janeiro de 1777, e o Reg. de 12 de Junho de 1779.

A cerca da boa arrecadação do trigo: veja-se a Ord. Liv. 1. tit. 66. §§. 25. e 26.

O Senhor Rei D. Sebastião, por Carta de 12 de Fevereiro de 1564, mandou que se mondasse o trigo, centeio, e cevada em Março, Abril, e Maio, e o mesmo se fizesse ao milho em tempo proprio, e que se arejasse da nevoa e agoa com hum cordel de lã da grossura de hum dedo, a fim de evitar a méla, e ferrugem.

A falta de pão póde ser supprida pela cultura das batatas inglezas, que são muito farinaceas, e nutrientes: ellas fertilizão o terreno, que as produz, e tem sido de grande soccorro em annos de fome. Veja-se a Gazeta de Lisboa de 5 de Agosto de 1806.

(1) Coll. de Decretos n. 32. App. n. 41. §. 1. até 10.

licença do Almotacel mór (2), e sem licença deste não a pôde tomar o Azemel da Corte. (3)

Quem comprar palha por modo de travessia para a tornar a vender, tem pena de prisão, e de degredo (4), e não se lhe concede carta de seguro, nem Alvará de fiança (5), e he este caso de devassa. (6)

Como se deve vender a palha, e que pezo hão de ter os pannos porque se vende (7), como, e por quem deve ser despachada. (8)

§. III. *Arroz.*

He prohibida a entrada neste Reino de qualquer arroz, que não for producção dos dominios ultramarinos de Portugal. (1)

(2) Ord. Liv. 1. tit. 18. §. 4.

(3) Ibid.

(4) Alv. de 1 de Julho de 1752, §. 6.

(5) Ibid.

(6) Ibid. §§. 9. e 10.

(7) Ibid. §§. 1. e 2. e seg.

(8) Decreto de 15 de Junho de 1757.

Sobre os fretes da palha : veja-se os Editaes do Senado de 15 de Julho, e 7 de Agosto de 1802.

O Alv. de 2 de Maio de 1803 abolio a taixa da palha, que se vendesse em Lisboa, e seu termo, ficando o preço della á livre convenção das partes, e obrigados os lavradores e proprietarios a darem notas da quantidade productiva das suas colheitas : tambem indica como se deve regular o preço meio, quando nelle se affixem as convenções, ou a elle se recorra pelas circunstancias.

(1) Alv. de 24 de Julho de 1781.

Pela Portaria de 24 de Fevereiro de 1812 foi permitida a exportação de arroz para a Estremadura Hespanhola.

§. IV. *Linho.*

Não se pôde levar linho para fóra do Reino. (1)

O Senhor Rei D. Affonso VI. estabeleceu em Coimbra, no anno de 1625, huma feitoria para o linho canhamo, e aos 15 de Março de 1659 publicou-se hum Regimento para a mesma feitoria. O Senhor D. João IV. deo hum Regimento em 2 de Dezembro de 1653, para huma feitoria dos linhos canhamos da Villa de Santarem, e outro em 4 de Junho de 1656 para a da Villa de Moncorvo. O Senhor Rei D. José deo por extinctas todas as feitorias do linho canhamo, e todos os empregos respectivos. (2)

§. V. *Urzella.*

He prohibido o contrato da Urzella debaixo das penas do contrabando do tabaco. (1)

§. VI. *Tabaco.*

O tabaco paga, por cada arroba, os direitos de entrada e sahida de 1675 reis, e 3 reis e hum quarto para o Provedor da alfandega, Escrivães e Fei-

(1) Ord. Liv. 5. tit. 112. §. 6.

(2) Alv. de 25 de Fevereiro de 1771.

Algumas plantas ha no Reino, e no Brazil, que podem supprir ao linho pelo seu tecido de fortes fios, que nellas se observa depois de maceradas. Veja-se a *Memoria* sobre a Guaxima, por José Henriques Ferreira.

(1) Alv. de 12 de Outubro de 1770.

tor: paga mais por cada arroba o salario ás companhias, que o costumão conduzir do barco até ao armazem de 5 reis por entrada, e o mesmo por sahida, indo por agoa até o barco, ou por terra até á porta.

O tabaco deve ser pezado por pezo exacto, e não por cálculo imaginario, para se pagarem os direitos reaes: quando for despachado para o Contrato Geral, e consummo do Reino, se lhe abaterá nos direitos, que ha de pagar, quatro arrateis de tara em cada arroba. E quando for despachado para fóra do Reino, se dividirá a partida em partes iguaes; de hum a se pagarão todos os direitos, e outra será livre a favor do commercio.

Quando se conduzir o tabaco de bordo dos navios á ponte da alfandega, ou quando se levar della para bordo dos mesmos navios, não poderão os barcos levar de frete mais de doze reis e meio por cada rôlo: quando se desembarcar no caes, ou ponte da alfandega, passará em direitura ao armazem, sem exame algum, nem a respeito do pezo, nem da bondade: quando sahir do armazem, ou haja de ser vendido para o Reino, ou para fóra delle, se não fará vestoria, nem exame na sua qualidade, se não nos termos em que o vendedor e comprador o requererem. O tabaco da primeira folha, vulgarmente *Escolha de Hollanda*, não poderá exceder no Brazil o valor de mil reis por arroba, livres para o lavrador, e o de segunda folha, e da segunda sorte, não poderá exceder no Brazil a quantia de 900 reis por arroba. Os vendedores podem ajustallos destes preços para baixo; porém excedendo-os, incorrem na pena de pagar em tresdobro o preço do tabaco, que tiverem vendido com excesso. Os tabacos devem ser examinados, qualificados nas Casas de

inspecção do Brazil , antes de se embarcarem para o Reino. (1)

Os tabacos chamados da *Junta*, o que se deve praticar a respeito da sua bondade , e qual seja o seu numero , e de que se compõem. (2)

Tabacos , que se conduzirem para este Reino , e dos navios para a alfandega , que fretes hão de pagar. (3)

O Senhor Rei D. José extinguiu o contrato do tabaco do Rio de Janeiro (4) , e concedeo isempção de direitos á exportação do tabaco para fóra do Reino. (5)

A Senhora Rainha D. Maria augmentou o tributo do tabaco de corda exportado para paizes estrangeiros. (6)

S. A. R. impoz 400 reis em cada arroba de tabaco de corda , que sahisse da casa da arrecadação da Bahia para o consummo da mesma Capitania , ou para o Rio de Janeiro , quer entrasse por mar , quer por terra. (7)

(1) Regimento de 16 de Janeiro de 1751.

(2) Alv. de 15 de Julho de 1775, §. 20.

(3) Alv. de 29 de Abril de 1766. Resolução de 29 de Abril de 1766.

(4) Lei de 10 de Janeiro de 1757. App. das Leis n. 26. Cap. 1. e 5.

(5) Alv. de 30 de Abril de 1774. Veja-se a Lei de 29 de Novembro de 1753 , que declara os §§. 1. e 4. do Regim. da Alf. do tabaco. Coll. t. 1. pag. 67.

(6) Alv. de 20 de Novembro de 1779.

(7) Alv. de 28 de Maio de 1808.

Sobre os descaminhos do tabaco : veja-se a Lei de 5 de Dez. de 1674 , a qual impõe penas aos que o semeão , e manipulão illicitamente. Consultem-se a Lei de 10 de Setembro de 1676 : a Lei de ... de Dez. de 1689 , cit. no R. de 18 de Out. de 1702.

§. VII. *Açúcar.*

Pelo Alvará de 16 de Novembro de 1720 foi isempto de direitos o açúcar, que se exportasse para paizes estranhos : pelo Alvará de 31 de Janeiro de 1721 se ordenou, que os doces, melaços, e chocolates pagassem por arratel o mesmo que pagava o açúcar, que se consumia no Reino e Ilhas, excepto na da Madeira: a saber; o açúcar sendo branco pagava a razão de 200 reis por arratel, e sendo mascavado, ou branco batido pagava a razão de 150 reis por arratel, e o melaço, cada barril de cinco em pipa, pagava 2500 reis.

O Alv. de 13 de Setembro de 1725 revogou o de 31 de Janeiro de 1721, e o que se acha na Ord. Liv. 2. tit. 26. Coll. 1. n. 5., ordenando, que o açúcar que viesse de fóra do Reino para as Alfandegas delle e Ilhas pagasse, sendo branco, 400 reis por arroba, e sendo mascavado 200 reis: que o melaço por almude pagasse 120 reis, e que os doces, e mais coisas compostas com açúcar pagasse o que pagavão antes do Alv. de 31 de Janeiro de 1721: que se podesse exportar para fóra do Reino, e que a respeito do açúcar se observasse a disposição do Regim. do tabaco.

Pelo Decreto de 27 de Janeiro de 1751 se determinou como se havia de despachar o açúcar nas Alfandegas, e os direitos que nellas pagarião, de que foi exceptuado o que se embarcasse para fóra do Reino. Decreto de 3 de Fevereiro de 1758.

O Alv. de 13 de Maio de 1802 excitou a Provisão de 3 de Nov. de 1681, e ordenou que se não construísse de novo engenho algum de açúcar no Brazil, sem licença dos Governadores das respecti-

vas Capitánias, sob pena de ser demolido, logo que for denunciada a sua clandestina edificação.

Sobre os privilegios dos proprietarios de engenhos: veja-se a Provisão de 26 de Abril de 1760, e Alv. de 6 de Julho de 1807.

CAPITULO II.

Dos Arbustos.

Anil.

O Senhor Rei D. José isemptou de todos os direitos por dez annos o anil do Pará e Maranhão (1): esta providencia fez que o Brazil então fornecesse o anil necessario para as tintorarias, e para o commercio.

CAPITULO III.

Das Arvores.

§. I. *Arvores em geral.*

A Os Corregedores incumbe mandarem plantar arvores de fruto (1), e fazer nellas enxertos (2): e aos Vereadores fazerem criar pinhaes nos montes e baldios, defendendo-os de fôrma, que se possam bem criar; e não sendo a terra apta para pinhaes, faze-

(1) Alv. de 9 de Julho de 1764.

(1) Ord. Liv. 1. tit. 60. §. 15. Coll. 1. t. 112. Decr. de 17 de Out. de 1615. Provis. de 7 de Maio de 1678.

(2) Ord. Liv. 1. tit. 58. §. 46.

rem plantar nella outras arvores , que melhor se dêem. (3)

Os senhores das terras das margens do Têjo são obrigados a pôr nellas as arvores de certa qualidade. (4)

Se alguém cortar arvore de fruto , tem pena de açoites , de degredo , e paga o tresdobro da estimação ao dono (5) , e he este caso de querela (6) , e nestas penas incorre aquelle , que cortar arvores nas vallas de Salvaterra. (7) Aquelle porém , que pozer fogo a arvores de fruto , pães , vinhas , olivaeas , novidades , colmeas , coutadas de matos , soveraes , arvoredos , e pascigos , paga pelos seus bens o damno , e he degradado dois annos para Africa , com baraço , e pregão pela Villa , sendo pião ; e sendo escudeiro he degradado por dois annos para Africa com pregão na audiencia , e paga o damno a seu dono. (8)

Arvores , que produzem baunilhas no Estado do Brazil , quem as corta incorre em pena pecuniaria , e de prizão. (9)

(3) Ord. Liv. 1. tit. 66. §§. 25. e 26. tit. 68. §. 14. Coll. de Duarte Nunes de Leão, Part. 4. tit. 17. L. 22. Alv. de 3 de Outubro de 1565.

O Senhor Rei D. Diniz mandou plantar o pinhal de Leiria.

(4) Alv. de 26 de Outubro de 1765 : veja-se o Aviso de 14 de Julho de 1807.

(5) Ord. Liv. 5. tit. 75.

(6) Ord. Liv. 5. tit. 117. §. 1.

(7) Ord. Liv. 5. tit. 76. Coll. 1. n. 1. Lei de 17 de Março de 1691.

(8) Ord. Liv. 5. tit. 86.

(9) Ord. Liv. 5. tit. 76. Coll. 1. n. 2. Alv. de 24 de Maio de 1740.

Nas Capitánias de Pernambuco, e Corte do Rio de Janeiro não se podem cortar arvores de Mangués, antes de serem descascadas. (10)

As madeiras creadas no Brazil, e transportadas para este Reino em navios Portuguezes não pagão direitos de entrada e sahida (11), e as que são criadas neste Reino, e no mesmo transportadas de hum para outra parte não pagão direitos de entrada e sahida. (12)

Os tanoeiros não podem receber madeiras sem ficarem assentadas na Meza do Paço da Madeira. (13)

O páo brazil não se póde embarcar para fóra do Reino, e he este caso de devassa. (14)

(10) Alv. de 9 de Julho de 1760.

(11) Decreto de 29 de Novembro de 1755. Lei de 10 de Setembro de 1755.

(12) Lei de 22 de Maio de 1756. Lei de 10 de Setembro de 1756.

(13) Decreto de 11 de Janeiro de 1757. Este Decreto foi limitado pelo de 27 de Outubro de 1758.

(14) Ord. Liv. 5. tit. 112. Coll. 1. n. 2. Reg. de 21 de Dez. de 1605. Alv. do 1.º de Agosto de 1697.

Por Edital de 25 de Abril de 1810 fez saber o Excellentissimo Conde de Castro Marin, Monteiro Mór do Reino, em virtude do Aviso de 14 de Novembro de 1809, que as coutadas devião ser zelosamente conservadas pela conhecida necessidade de matos e arvoredos. Veja-se o Alv. de 21 de Março de 1800, que limita as coutadas, e promove a conservação das matas.

Quando Cyro vio a Asia Menor feita huma campina torrida; porque tinha sido devastado o seu copioso arvoredó pelas invasões hostis, a fez replantar, e seguiu-se a isto correrem as fontes que estavam seccas: as arvores, além de embeberem as exalações corruptas, attrahem os meteoros das chuvas.

§. II. *Sovereiros.*

Ninguem póde cortar , ou mandar cortar sovereiros , carvalhos , ensinhos , machieiros pelo pé , nem mandar fazer carvão nem cinza delles : nem escalllos , nem cernallos , desde onde entra o rio Elga , no termo do Rosmaninhal , até Abrantes , e dahi até á foz do rio de Lisboa , e até 10 legoas do Téjo , contadas para ambas as bandas do sertão , desde onde se mette o rio Sevér , no termo de Montalvão , até á foz do rio de Lisboa , e donde se mette o rio Elga , até onde entra o rio Sevér , as quaes 10 legoas contão-se da banda de Portugal sómente. Esta prohibição he debaixo das penas de degredo por 4 annos para Africa , de cem cruzados , da perda do carvão ou cinza , e de açoites , sendo pião o transgressor. Quem tiver sovereiros póde-os cortar , não sendo para carvão ou cinza , que nesse caso , que he de devassa , incorre nas ditas penas. (1)

Por Aviso de 28 de Junho de 1811 foi authorisado o Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros Duarte José Fava para mandar fazer côrtes de lenhas para o Exercito nos pinhaes , e matas da Coroa.

Pela Portaria de 18 de Setembro de 1811 , deo-se licença para se conduzirem lenhas a granel pela valla do Paul da Asseca , obrigando-se os conductores a terem cautella nesta conducção , e pagarem o prejuizo que fizessem á mesma valla.

A respeito da transplantação de arvores da India para o Brazil : veja-se o Discurso do Doutor Duarte Ribeiro Macedo , no anno de 1675 , e a Memoria sobre a transplantação das arvores mais uteis de paizes remotos , por João de Loureiro.

(1) Ord. Liv. 5. tit. 75.

§. III. *Sabugueiros.*

Ninguém pôde criar sabugueiros nas demarcações do Douro, e cinco legoas de distancia dellas.
(1)

§. IV. *Oliveiras.*

He digna de recommendação a cultura das oliveiras, pela utilidade que della resulta. A compra do azeite para revender he prohibida sob pena de prisão, da perda da valia do azeite em dobro, se para isso não ha licença da Camera. (1)

Quem descaminhar azeite, ou o metter sem despacho, em prejuizo dos Direitos Reaes incorre na pena do valor do azeite em trezdobro, e outras mais.
(2)

O azeite de peixe paga de imposto por cada pipa, que entra no Rio de Janeiro, a quantia de 30000 reis. (3)

(1) Alv. de 30 de Agosto de 1757, §. 2.

(1) Ord. Liv. 5. tit. 77.

(2) Ord. Liv. 2. tit. 26. Coll. 1. n. 1:

(3) Alv. do 1.º de Janeiro de 1757.

A respeito da exportação do azeite: veja-se o Edital do Senado do 1.º de Fevereiro de 1812.

Sobre a ferrugem das oliveiras: veja-se a Memoria por Domingos Vandelli.

Por Edital do Senado, na data de 18 de Março de 1803, em observancia da Resolução de 17 de Fevereiro de 1803, se ordenou, que a venda do azeite por grosso só era permitida nos alpendres da Casa do Ver-o-pezo, a que deo motivo a Representação, que o mesmo Senado fez em 5 de Fevereiro de 1803.

Por Decreto de 9 de Abril de 1806 se determinou,

§. V. *Amoreiras.*

No reinado do Senhor Rei D. Affonso V. cuidou-se muito na cultura das amoreiras para sustentação dos bichos de seda. (1) O Senhor Rei D. José ordenou a plantação das amoreiras, e concedeo isempções e privilegios a este respeito. (2)

§. VI. *Larangeiras.*

As larangeiras da China não se podem embarcar para fóra do Reino. (1)

CAPITULO IV.

Das vinhas, e suas producções.§. I. *Vinhas.*

O Senhor Rei D. Affonso II. prohibio o côrte das vinhas (1), e o Senhor Rei D. Manoel orde-

que todo o azeite de oliveiras de Paizes Estrangeiros, que fosse importado em todos os portos do Reino, pagasse por dois annos meios direitos.

(1) Cap. Mis. Cort. Lisboa an. de 1473. Ord. Liv. 5. tit. 112. Coll. 1. n. 1. Res. de 6 de Setembro de 1676. Carta Regia de 31 de Out. do mesmo anno, do Senhor Infante D. Pedro, e a Provis. de 6 de Out. de 1678.

(2) Lei de 20 de Fevereiro de 1752.

(1) Ord. Liv. 5. tit. 112. Coll. 1. n. 1. Alv. de 30 de Janeiro de 1671.

Hoje achão-se larangeiras em todos os climas, que lhe são proprios.

(1) Liv. das Leis do dito Senhor, p. 4.

nou aos Corregedores, que as fizessem aproveitar.

(2)

Não se podem plantar vinhas em terras proprias para pão (3); o Senhor Rei D. José por esta razão prohibio que as houvesse nas margens do Téjo, mandando arrancar as que alli havia (4), e em outras partes. (5)

Não se devem comprar vinhas para orfãos, havendo herdades de pão. (6)

Nas vinhas da demarcação do Douro não se podem lançar estrumes. (7)

§. II. *Vinhos.*

Vinho do relego he o vinho havido dos regueiros e jugadas de ElRei. Nenhuma pessoa póde vender vinho atavernado, em quanto dura o tempo, em que o vinho do relego se vende, o qual não bastando para todo o tempo, tanto que for acabado, não ha ahi mais relego, e quando sobeja, acabado o tempo de relego, não se póde vender na

(2) Ord. Liv. 1. tit. 58. §. 46.

(3) Alv. de 17 de Março de 1691.

(4) Alv. de 26 de Outubro de 1765, que foi ampliado pelo de 18 de Fevereiro de 1766.

(5) Ibid.

(6) Ord. Liv. 1. tit. 88. §. 25.

(7) Alv. de 30 de Agosto de 1757.

Em França, por hum Aresto de 5 de Junho de 1731, forão prohibidas novas plantações de vinhas em obsequio ao pão.

Veja-se a Memoria sobre a cultura das vinhas de Portugal, por Constantino Botelho de Lacerda Lobo.

terra aonde está o relego : quando estes vinhos se vendem não se podem comprar outros. (1)

Não se podem comprar vinhos para tornar a vender, senão for por miudo ás canadas (2), mas não em casas particulares. (3)

Quem descaminha vinhos, ou os mette sem despacho, em prejuizo dos direitos reaes, incorre na pena do valor delles em tresdobro, e outras mais. (4)

Vinhos de fóra do Reino não podem entrar nos portos d'elle, com pena de serem lançados ao mar. (5)

O Senhor Rei D. José fez varias Leis sobre os vinhos : fez estabelecer na Cidade do Porto para o commercio delles huma Companhia geral (6) : prohibio que nos vinhos se lançasse bagas de sabugueiros (7) : que na Cidade do Porto, e em quatro legoas de circuito só a Companhia geral podesse vender vinhos atavernados (8) : que em Lisboa se não

(1) Ord. Liv. 2. tit. 29.

(2) Ord. Liv. 5. tit. 77. Nesta prohibição entra o mosto. Peg. tom. 9. á Ord. Liv. 2. tit. 26. §. 33. glos. 35. n. 57.

(3) Alv. de 23 de Dez. de 1715.

(4) Ord. Liv. 2. tit. 26. Coll. 1. n. 1.

(5) Ord. Liv. 1. tit. 112. Coll. 1. n. 3. Alv. de 20 de Set. de 1710.

(6) Lei de 11 de Agosto de 1756.

Sobre o numero de tabernas na Cidade do Porto, e venda do vinho de *cutello*, isto he, de propria lavra : consulte-se o Alv. de 22 de Fevereiro de 1605.

(7) Alv. de 30 de Agosto de 1757 : este Alv. trata tambem da conducção dos vinhos, mas no Decreto, e Regim. de 24 de Dez. de 1803 se vê melhor esta materia.

(8) Alv. de 16 de Dezembro de 1760.

introduzissem vinhos fracos e ruins para delles se fazer agoardente (9): que os vinhos de fóra do termo de Lisboa, que para esta Cidade e termo se transportassem, fossem acompanhados de huma guia passada pelo respectivo escrivão da siza. (10) O mesmo Senhor taxou preço aos vinhos (11): determinou, que os vinhos brancos fossem reputados por inferiores aos tintos (12): que se não misturasse uva preta com branca, e uva inferior com uva melhor (13), e ordenou que houvesse hum Pareador Geral, que examinasse as pipas, e suas medidas. (14)

Em Setubal e seu territorio podem entrar os vinhos de Palmella, Azeitão e Cezimbra, e suas vensinhanças, e mutuamente os vinhos de Setubal. (15)

Na Ilha da Madeira não se dá entrada por franquia, ou por outro qualquer pretexto aos vinhos do Faial, e Ilhas dos Açores, debaixo das penas estabelecidas na Lei de 20 de Setembro de 1710 (16), porém os Lavradores das Ilhas dos Açores podem introduzir vinhos na Cidade de Ponta Delgada na Ilha de S. Miguel. (17)

(9) Alv. de 26 de Outubro de 1765: sobre a introdução de vinhos em Lisboa: vejam-se os Alvarás de 7 de Dezembro de 1802, e de 20 de Julho de 1807.

(10) Alv. de 18 de Novembro de 1765.

(11) Alv. de 16 de Novembro de 1771: veja-se o Alv. de 9 de Agosto de 1777.

(12) Alv. de 5 de Fevereiro de 1772.

(13) Alv. de 10 de Abril de 1773.

(14) Alv. de 20 de Dezembro de 1773:

(15) Alv. de 22 de Maio de 1792.

(16) Alv. de 22 de Julho de 1801, que revogou o Decreto de 22 de Dezembro de 1800.

(17) Alv. de 25 de Outubro de 1810.

O Alv. de 9 de Agosto de 1777 annullou a disposi-

§. III. *Agoas ardentes.*

He prohibido o commercio das agoas ardentes com os Indios do Brazil. (1)

ção do Alv. de 17 de Out. de 1768, e o privilegio exclusivo da entrada dos vinhos da Companhia geral, no Rio de Janeiro, ampliando varias determinações do Alv. de 16 de Nov. de 1771, em beneficio da extracção dos vinhos de diferentes territorios do Reino.

Em 1808 o Senado da Camera fez recordar a Postura de 17 de Outubro de 1603, que fôra approvada pelo Alv. de 17 de Agosto de 1605, na qual se impõe a pena de 50 cruzados, dois mezes de cadeia, e de açoites a quem vender vinho velho misturado com vinho novo, e lhe fizer outras misturas.

Por Edital de 13 de Janeiro de 1810, da Delegacia do Fysico Mór, se fez publico, que S. A. R., em 21 de Agosto de 1809, ordenara, que ao Fysico Mór competisse o ramo, e licença da venda de todas as bebidas, que se havia devolvido por Carta de Lei de 17 de Junho de 1782, para a Junta do Proto-Medicato, a qual tendo sido extinta pelo Alv. de 7 de Janeiro de 1810, revertéra para a jurisdicção do Fysico Mór aquella que pertencia á mesma Junta.

Por Edital da Administração Geral da Alfandega, de 19 de Julho de 1811 se publicou, que todo o vinho de fôra que se achasse até então no porto de Lisboa, ainda que não tivesse dado entrada, ou estivesse posto em franquia, era admettido a despacho.

Por Aviso de 8 de Fevereiro de 1812, foi prohibida novamente a entrada de vinhos que viessem de portos estrangeiros.

Pela Portaria de 17 de Outubro de 1812 se ordenou, que os vinhos que se despachassem do 1.º de Novembro de 1812 por diante, para serem exportados pelas barras de Lisboa e Figueira, não percebessem o direito addicional, estabelecido pela Portaria de 15 de Março de 1811; e excitou-se a observancia do Alv. de 20 de Setembro de 1710 a respeito dos vinhos estrangeiros.

(1) Direct. dos Indios do Pará e Maranhão §. 42, confirm. pelo Alv. de 17 de Agosto de 1758.

No districto da Companhia geral da agricultura das vinhas do Alto Douro só a mesma companhia póde fabricar, e vender agoas ardentes. (2)

CAPITULO V.

Das Pastagens.

P Astar com seu gado em queimada ninguem póde até á Pascoa florida. (1) Não se podem comprar pastagens para revender, e só se podem vender aos creadores de gados. (2)

As agoas ardentes do Porto, mandadas pela Companhia geral para o Brázil, por quanto se venderão: Instit. da Companhia ger. da agric. das vinhas do Alto Douro §. 20. e 22, confirm. pelo Alv. de 10 de Setembro de 1756.

(2) Alv. de 16 de Dezembro de 1760: a disposição do §. 3. deste Alv. foi ampliada pelo Alv. de 26 de Setembro de 1770, sobre o preço das agoas ardentes da primeira, segunda, e terceira qualidade; e pelo Alv. de 10 de Abril de 1773 se ampliou tambem o de 16 de Dezembro de 1760, fazendo-se estabelecer fabricas de agoas ardentes em commum beneficio dos lavradores da Beira, Minho, e Traz-os-Montes: veja-se a Provisão de 17 de Fevereiro de 1762, e o Alv. de 17 de Novembro do mesmo anno.

A giribita da terra ou de fóra, paga no Rio de Janeiro 12000 reis de imposto em cada pipa, Alv. de 10 de Janeiro de 1757: as agoas ardentes pagão o dobro dos direitos que pagavão. Carta Regia de 28 de Janeiro de 1808.

Por Aviso de 3 de Agosto de 1810 foi authorisado o Administrador Geral da Alfandega Grande de Lisboa para dar despacho a mil pipas de agoa ardente de fóra de 25 almudes cada huma, que devia pagar 32000 reis de direitos.

(1) Ord. Liv. 5. tit. 86. §. 7.

(2) Alv. de 11 de Agosto de 1759, §. 7.

SECÇÃO TERCEIRA.

CAPITULO I.

Dos privilegios concedidos aos lavradores.

OS lavradôres das Igrejas gozão dos privilegios dellas (1) : os lavradores dos Fidalgos são escusos de pagarem peitas, fintas, talhas, pedidos, servi-

Ao Senhor Rei D. João III. requererão os povos, que se não dessem terras lavradas para pastos : Côrtes em Evora, Art. 135 an. de 1535. Este Senhor prohibio que viessem gados de fóra do Reino a pastar no mesmo Reino : Cap. em Torres Novas e Evora, an. de 1535 : respondeu em Lisboa a 29 de Nov. de 1538.

Diversos requerimentos dos povos, e resoluções sobre elles se achão ácerca das pastagens, ou para impedir o pasto commum, (ao Senhor Rei D. Manoel em Côrtes de 9 de Março de 1498. Liv. 31 da sua Chanc. fol. 124.) ou para o fazer livre (ao Senhor Rei D. João IV. em Côrtes de 1641.)

Com o pretexto de pastos communs ficão muitos terrenos incultos, que cheios de urze, giesta, e mato pouco servem para pastagem. Se a cada lavrador se assinasse huma porção de terreno inculto para o tapar e cultivar para pastos, arrancando-se o mato, que não serve de alimento ao gado, mais pastos haveria, e por consequencia mais gado, e mais vantagens que elle produz.

Os prados artificiaes são quasi desconhecidos em Portugal: da sua cultura resultão tantos proventos, que a todas as luzes são patentés.

(1) Ord. Liv. 2. tit. 25. Coll. 1. n. 1. He necessario

ços, empréstimo, ou outros alguns encargos (2): os lavradores dos Desembargadores não pagão jugada de pão, vinho, e linho das suas herdades que lavrão (3): lavradores que tomão herdade de meias, terço, ou quarto por dez annos, e morrem, passa o contrato ao herdeiro (4): lavradores de Aldeas demarcadas de Igrejas, ou pessoas privilegiadas, não pagão jugada (5): podem emcampar, quando se perdem os fructos por caso, que não fosse acostumado de vir (6): os lavradores que lavrão nos reguengos do Rabaçal e Ancião, que pagão huma dizima a ElRei, e outra ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, não pagão jugada (7), assim como aquelles que lavrão em reguengos, que são encarregados de maiores tributos do que a jugada, como he terço, quarto, e quinto. (8)

Os lavradores não são obrigados a vender seus vinhos á Companhia, mas os podem mandar vender

que vivão em suas quintas continuadamente, e que pela lavoura se governem.

(2) Ord. Liv. 2. tit. 58.

(3) Ord. Liv. 2. tit. 59. §. 4. Não são porém isemptos de pagar coimas. Coll. 1. n. 2. *ibid.*

(4) Ord. Liv. 4. tit. 45. §. 2.

(5) Ord. Liv. 2. tit. 33. §. 15.

(6) Ord. Liv. 4. tit. 27.

(7) Ord. Liv. 2. tit. 33. §. 22.

(8) *Ibid.* §. 23.

Os lavradores das lizirias e paús não gozão do privilegio nas materias de almotaceria; mas devem responder perante o Almotacê do seu foro. Ord. Liv. 2. tit. 59. Coll. 1. n. 4.: elles só gozão de privilegios nos casos que tocarem a lavouras, vallas e direitos Reaes. Ord. Liv. 3. tit. 6. Coll. 1. n. 1. e 2.: nos casos crimes não gozão do privilegio do foro. *Ibid.* n. 2.

por sua conta no Brazil (9): elles no pagamento dos direitos dos vinhos gozão das esperas concedidas aos despachantes da alfandega (10): os lavradores do Além-Têjo gozão do indulto da conservação das herdades do Estado de Bragança, e das Commendas das Ordens Militares. (11)

Não ha ferias para a colheita do pão e vinho. (12)

Em bois de arado, sementes, e trem de lavoura não se faz execução. (13)

S. A. R. concede aos habitantes do Estado do Brazil, e Dominios Ultramarinos o privilegio de não serem executados nas propriedades dos engenhos e lavouras de açúcar, mas sim nos seus rendimentos, quando a divida não fosse igual, ou maior que o valor das propriedades. (14)

Se os filhos dos lavradores passarem ao estado de orfandade, e outros lavradores os quizerem para o mister da lavoura, não lhes são tirados. (15)

Para evitar-se a perda de tempo que soffrião os Lavradores em irem ás Cidades para cuidarem em suas demandas sobre coimas e damnos, se ordenou,

(9) Instit. da Comp. ger. da agric. das vinhas do Alto Douro, §. 25. confirm. pelo Alv. de 10 de Setembro de 1756.

(10) Alv. de 26 de Outubro de 1765. §. 18.

(11) Alv. 1.º de 20 de Junho de 1774. A respeito do salario dos ceifeiros e trabalhadores do Além-Têjo: veja-se o Decreto de 15 de Junho de 1756. Coll. 1. pag. 139.

(12) Ord. Liv. 3. tit. 18. §. 2.

(13) Ord. Liv. 3. tit. 86. §. 24.

(14) Alv. de 21 de Janeiro de 1809, que declara o de 6 de Julho de 1807.

(15) Ord. Liv. 1. tit. 88.

que em qualquer Aldeia de vinte vezinhos houvesse hum juiz para conhecer de taes objectos. (16)

O Senhor Rei D. João II. tirou aos grandes toda a jurisdicção criminal que tinham em suas terras, e determinou que não fizessem tomadias nellas contra os Foraes, e que não podessem obrigar a qualquer para o seu serviço. (17)

O Senhor Rei D. José ordenou se não perpetuassem os captiveiros. (18)

Os pastores serranos (19), os criadores (20), e os criados dos lavradores gozão de diferentes privilegios. (21)

(16) Ord. Liv. 1. tit. 73. Evitar demandas he hum dever da Justiça: Ord. Liv. 1. tit. 6. Coll. 1. n. 1. de quanto damno sejam á agricultura as demandas morosas, que trazem os lavradores, he bem conhecido: veja-se Hist. de Portugal, por Manoel de Faria e Sousa, Part. 3. Cap. 9.

(17) Em Vianna de Alvito no mez de Abril de 1482.

(18) Alv. de 16 de Janeiro de 1773.

(19) Alv. de 3 de Junho de 1605, regist. na Chanc. fol. 79. Oliv. de mun. provis. p. 251. Alv. de 20 de Fev. de 1641. Provis. Reg. de 15 de Setembro de 1729.

(20) Ord. Liv. 5. tit. 72. Coll. 1. n. 1. e 2.

(21) Lei 18 das Côrtes de 1538. Ord. Liv. 1. tit. 58. Liv. 4. tit. 29. Liv. 5. tit. 68. Coll. 2. n. 3.

Por Alv. de 15 de Dezembro de 1809, §. 6. forão exceptuados do recrutamento os filhos unicos de lavradores que lavrassem com dois até quatro bois, e os filhos e criados daquelles que nesse anno tivessem lançado á terra seis moios de pão, e dahi para cima. Por Aviso de 20 de Agosto de 1810 forão escusos do recrutamento os feitores, abogões, e maiores, mas não de milicias, se estivessem nessa classe, e então seus amos seriam avisados pelo S. Miguel, a fim de supprirem a sua falta.

Por Aviso de 30 de Março de 1811 forão livres de qualquer embargo, por dois mezes, os gados que tivessem

S. A. R. pelo Alv. de 27 de Nov. de 1804 declarou e ampliou as disposições do de 20 de Junho

sido comprados pelos lavradores para uso de suas lavouras, e esta graça foi depois prorogada até o fim de Junho do mesmo anno, por Aviso de 6 de Abril de 1811.

A Intendencia Geral da Policia, por Edital de 27 de Abril de 1811, ordenou que os jornaleiros que se achassem em Lisboa, se recolhessem ás suas terras, dando-se-lhes passaporte gratuito, e transporte maritimo.

O Governo de Portugal, por Avisos de 23 de Julho de 1812, de 13 e 31 de Agosto do mesmo anno, acudio aos lavradores necessitados com hum piedoso donativo de vasilhas e cascos para a colheita daquelle anno: este Governo tem dado muitas, e admiraveis providencias a bem da lavoura: vejam-se as Portarias de 14 e 25 de Janeiro de 1812: de 5 de Março, 18 de Agosto, 22 de Setembro, e 17 de Outubro, todas do mesmo anno, e os Avisos de 26 de Janeiro, e 8 de Abril, ambos do anno de 1813.

Huma causa da decadencia da agricultura he a falta de braços, que he attestada pelos muitos Galegos que se empregão nas vinhas do Alto Douro, e nas colheitas do Alentejo: quando faltão os operarios do campo, vem precisamente a diminuir-se a cultura, e a abater-se o commercio. Direct. dos Ind. do Pará, §. 68.

Para augmentar a povoação, cumpre favorecer os casamentos, impedindo a prostituição, removendo a ociosidade, e dotando os consortes com huma porção de terra inculta para a cultivarem, dando-se-lhes para esse fim certa quantia de dinheiro, que sahisse de hum cofre, a que se recolhesse o lucro de duas loterias annuaes.

A conservação da saude dos povos augmenta a povoação; temos a este respeito varios regulamentos; não temos porém Lei, segundo julgo, acerca dos enterros nas Igrejas, cujos damnos prova Mr. Vicq. d'Azyr. *Essai sur les lieux et les dangers des sepultures*: 1778. S. A. R. por Decreto de 7 de Fevereiro de 1808 creou e nomeou Fysico e Cirurgião Mór, extinguindo a Junta do Proto-Medicato, e por Decreto de 28 de Julho de 1809 creou o lugar

de 1774, do Decreto de 21 de Maio de 1774, e do Alv. de 23 de Junho de 1766, dando saudaveis providencias a favor dos lavradores e lavoura.

de Provedor Mór da saude da Corte e Estado do Brazil, e estabeleceo por Alv. de Regimento de 22 de Janeiro de 1810, hum Juizo de Provedoria Mór da saude, para regular as quarentenas dos navios, e fazer os devidos exames nos mantimentos e generos. Por Edital de 26 de Janeiro de 1811, a Delegacia Geral do Juizo privativo do Fysico Mór renovou a prohibição do Alv. de Regimento do mesmo Juizo de 22 de Janeiro de 1810 a respeito do exercicio medico, que tinham pessoas, a quem não tocava, aggravando as penas do Regimento de 1521, reanimadas na Ord. Liv. 1, tit. 58. §. 33.

A emigração he prohibida. Ord. Liv. 5. tit. 107. Liv. 5. tit. 4. Coll. 1. Esta inspecção incumbe aos Corregedores, assim como o exame sobre o melhor modo porque se possam povoar as terras. Ord. Liv. 1. tit. 39. §. 42. A observancia destas Leis, e das que tratão dos vadios e mendigos, he outro meio para promover o augmento da povoação, e por consequencia da agricultura.

Pelas Portarias de 16 de Março de 1812, e de 26 de Janeiro de 1813 o Governo de Portugal acodio sábia e piedosamente á orfandade desabrigada, que vagava sem direcção, pallida pela fome, e pela falta de reparo contra as estações: ella superou sua desgraça, e agradecida contribuirá a beneficio da nação, que lhe deo humano abrigo, sem o qual os orfãos não seriam talvez bons vassallos, e as orfãos não fariam honra ao seu sexo.

Consulte-se a Memoria sobre a agricultura, e população do Além-Téjo, por Antonio Henriques da Silveira, e a Memoria sobre as causas da differente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia, por José Joaquim Soares de Barros.

CAPITULO II.

Dos Damnhinhos.

D Amnhinho, que mette gado, ou bestas acintemente em pão, vinha, olivæes ou pomares no tempo, em que são coimeiros pelas posturas da Camera, tem pena de degrado (1): dos damnhinhos se deve devassar na correição (2), e nas devassas geraes, que os Juizes das terras devem tirar todos os annos no mez de Janeiro, castigando-os a seu arbitrio com as penas que pelos casos merecerem. (3)

Se for feito damno em horta ou pomar, não se sabendo quem o fez, o Juiz perguntará á custa da parte, e a seu requerimento, até oito testemunhas devassamente (4): se o damno for em arvores, e da valia de 40000 reis, he açoitado o que o fizer, e degradado quatro annos para Africa; e de valia de 30 cruzados para cima, he degradado para sempre para o Brazil (5): o damno feito em herdades, quintas, e gados de algum Desembargador, será emmendado pela parte, que o fez, e pagará mais 60000 reis de encoutos. (6)

(1) Ord. Liv. 5. tit. 87.

(2) Ord. Liv. 1. tit. 49. Coll. 1. n. 1. §. 26.

(3) Lei de 12 de Setembro de 1750.

(4) Ord. Liv. 1. tit. 65. §. 32.

(5) Ord. Liv. 5. tit. 75.

(6) Ord. Liv. 2. tit. 59. §. 7.

Vejão-se as Ord. Liv. 5. tit. 86. §. 1. 2. 4. 5. e 9. e tit. 87.

S. A. R. por Carta Regia de 13 de Maio de 1808 fez declarar guerra offensiva aos Indios Botecudos Antropo-

SECÇÃO QUARTA.

CAPITULO I.

Dos Animaes da Pesca.

Ninguém pôde pescar em rios , e lagoas de agoa doce com rede , covãos , nassas , tesões , nem por outro algum modo em Março , Abril , e Maio , e só á cana com anzol , e se se fizer o contrario , he caso de devassa : não se pôde pescar nos rios e lagoas em nenhum tempo com redes de malha mais estreita da que for limitada pela Camera , nem com rede varredoura , lençoes , tresmalhos , nem galritos dobrados , posto que sejam feitos pela vitola das Cameras. Nos mezes de Março , Abril , e Maio pôde-se pescar saveis , sabogas e tainhas , com redes de vitola , e malha de largura de sete dedos ao travéz , ao menos ; e nos mesmos mezes pôde-se pescar lam-

fagos , os quaes devastavão as fazendas , forçando os proprietarios a abandonallas ; e por Carta Regia de 5 de Novembro do mesmo anno fez declarar guerra offensiva aos Indios Bugres , pelas hostilidades que fazião , occasionando o abandono , em que se achavão os campos geraes da Curitiba , e os de Guarapuava , e os terrenos que desagoão no Paraná , e que formão do outro lado as cabeceiras do Uruguay , os quaes todos ficão comprehendidos nos limites da Capitania de S. Paulo : erão taes os danos , que fazião aquelles Indios , que os proprietarios e os fazendeiros largarão a maior parte das fazendas , que ficão ao Oeste da Estrada Real , desde a Villa da Faxina até á das Lages.

preias com redes pela maneira que for ordenada pelos Officiaes da Camera. Não se podem pescar sa-
veis, sabogas, e tainhas nos dias que a Igreja man-
da guardar, e de outra maneira he pena de degredo
e agoutes. Não se podem pescar azevias com
tanchas, e fatexas no Téjo, assim no limite e ter-
mo de Lisboa, como fóra delle, e quem o contra-
rio fizer, tem pena de dez cruzados pela primeira
vez. (1)

He prohibido lançar nos rios e lagoas trovisco,
ou outro material para matar o peixe. (2)

Os pescadores homiziados, que vão a algum
porto do reino não podem ser prezos. (3)

As pescadeiras da Corte abarragadas, não usa-
rão mais do dito officio. (4)

O pescado, que se mata ao Domingo e festas,
perde-se para o alcaide mór. (5)

De peixe que a companhia geral das reaes pesca-
rias do reino do Algarve pescar nas armações, o
que deva pagar de dizima. (6)

Os povos requererão em Cortes, que os alcaides

(1) Ord. Liv. 5. tit. 88. Por Alv. de 20 de Março de 1607 foi prohibido aos pescadores de Setubal o uso de Chinchorros; porém pela Provisão do Conselho da Fazenda de 11 de Abril de 1620 foi permittido aos pescadores poderem pescar todo o anno com avargas, chinchas, e chinchorros a excepção dos quatro mezes de Maio, Junho, Julho, e Agosto, em que o peixe costuma desovar.

(2) Ord. Liv. 5. tit. 88. §. 7.

(3) Ord. Liv. 5. tit. 123.

(4) Ord. Liv. 5. tit. 27.

(5) Ord. Liv. 1. tit. 74. §. 22.

(6) Instit. da dita Comp. Condiç. 7. Confirm. pelo Alv. de 15 de Janeiro de 1773, o qual foi ampliado pelo de 13 de Julho de 1776.

não levassem o terço do pescado (7): que os pescadores de Buarcos podessem tirar para si algum peixe (8): que fosse livre a pesca dos saveis no Téjo (9); e que se prohibissem certas redes aos pescadores de Cezimbra e Atouguia, assim como os canaes no Téjo e Douro. (10)

O Senhor Rei D. Sebastião ordenou quasi o mesmo, que se acha disposto na Ord. (11)

Em beneficio da pescaria foi ordenado, que todas as causas dos pescadores, e mais pessoas, que se empregassem nas armações dos atuns, cessassem durante o mez de Março até o fim de Julho. (12)

O Senhor Rei D. José ampliou a Ord. Liv. 5. tit. 98., occorrendo a remover a origem da decadencia das pescarias. (13)

(7) Ao Senhor Rei D. Fernando em Lisboa a 8 de Agosto de 1409.

(8) Ao Senhor Rei D. Affonso V. em Santarem a 28 de Maio de 1468.

(9) Ao mesmo Senhor em Lisboa a 15 de Janeiro de 1412.

(10) Ao Senhor Rei D. João II. em Viana de Alvito no mez de Abril de 1482.

(11) Extr. de 1 de Julho de 1565. Leão part. 4. t. 14. L. 3. §. 3. Ord. Liv. 5. tit. 88.

(12) Carta Regia de 9 de Agosto de 1529 Ferr. Pract. Crim. tom. 5. Cap. 1. part. 15. n. 12. Veja-se o Alv. de 23 de Março de 1709.

(13) Alv. de Lei de 27 de Setembro de 1756: Alv. de 17 de Março de 1774.

No Alvará de 18 de Junho de 1787 se atalha a decadencia das pescarias do reino, e ilhas adjacentes, pela isenção de todos os direitos e emolumentos, que se concede ao atum, que se salgar no Algarve, e a todo o peixe, que das ditas ilhas vier salgado, e a todo o que se salgar e secçar no reino.

S. A. R. permittio a todos os negociantes portuguezes o preparo e armamento de navios destinados a pescar as balêas, e a preparar o seu azeite no alto mar, e o poder de fazerem pescarias sedentarias nas ilhas de Cabo Verde (14): fez livre para todos a pesca no mar alto e suas costas, animando-a com gratificações, e privilegios, assim como promoveo a construcção de embarcações proprias para este ramo de commercio, e prohibio o uso das redes prejudiciaes á creação do peixe (15): ordenou, que o peixe de Cezimbra, sendo salgado, escalado, secco, ou empilhado, e tendo pago os vinte por cento de dizima, como sómente paga o do Algarve, na fórma do Alv. de 15 de Janeiro de 1773, podesse livremente ser transportado para Lisboa, sem pagar direitos alguns de entrada (16): concedeo aos pescadores do Barreiro, Seixal, Arrentella, e Oliveiras o poderem pescar com as redes tartarenhas no alto mar sómente, sem embargo do art. 6. do Alv. de 3 de Maio de 1802 (17): ordenou, que os pescadores do Tejo, e costa da Trafaria, e rio de Setubal podessem pescar com as redes, de que usavão, em quanto não houvesse nova resolução, e que o peixe assim pescado fosse admittido a despacho (18): e ordenou, que o peixe do porto de Setubal,

(14) Alv. de 18 de Maio de 1798.

(15) Alv. de 3 de Maio de 1802.

(16) Alv. de 20 de Dezembro de 1802.

(17) Edital do Senado de 14 de Junho de 1803, no qual vem incorporado o Regio Aviso de 11 do mesmo mez e anno.

(18) Edital do Senado de 23 de Agosto de 1803 no qual vem incorporado o Regio Aviso de 9 do mesmo mez e anno.

sendo salgado, secco, ou empilhado, e tendo pago os competentes direitos no porto da Matança, fosse livre de direitos na entrada de Lisboa e mais portos do reino, como he o do Algarve, e Cezimbra. (19)

CAPITULO II.

Dos Animaes de Caça.

Ninguem póde caçar em queimada, do dia, em que for posto o fogo, de que se seguiu algum damno, a 30 dias, aliás he obrigado a pagar o damno, que fez o fogo. (1)

Ninguem póde caçar coelhos, lebres, e perdizes com fio de arame ou com boy. (2)

He defezo caçar perdizes com armadilhas nas comarcas da Estremadura, do Alem-tejo e Guadiana. (3)

He prohibido caçar perdizes com açor, ou gavião na coutada de Lisboa. (4)

Ninguem póde caçar coelhos em devêza e her-

(19) Alv. de 6 de Agosto de 1805.

Sobre o pescado de Ilhavo veja-se a P. R. de 26 de Nov. de 1700.

A'cerca da entrada, que os pescadores devem dar na casa da Almotaceria, veja-se o Edital do Senado de 18 de Janeiro de 1811.

Consulte-se a Memoria sobre as pescarias do reino pelo Doutor José Bonifacio de Andrade e Silva.

(1) Ord. Liv. 5. tit. 86. §. 7.

(2) Ord. Liv. 5. tit. 88.

A's perdizes ninguem póde atirar com munição Lei de 23 de Fev. de 1624.

(3) Ibid. §. 4.

(4) Ibid. §. 5. Ord. Liv. 5. tit. 91. Coll. 1. n. 1. e 2.

dades de algum desembargador (5), e em qualquer parte nos mezes em que elles se crião. (6)

Não se pôde caçar com espingarda, atirando á caça no ar. (7)

Caçar não pôde pessoa, que não tenha aquelle grão de nobreza civil, que distingue a ordem dos cidadãos dos gremios da plebe. (8)

Achando-se ave deve entregar-se a seu dono. (9)

CAPITULO III.

Dos Animaes Bravos.

Quem mata lobo velho tem 30000 rs. de premio, pagos ametade da Fazenda Real, e a outra á custa do povo [1], e quem mata lobo pequeno tem de premio 500 rs. [2]

Se alguém achar lobo, que leve prezo algum cordeiro, o deve tomar para seu dono. [3]

A quem mata certo numero de lobos, pôde o Desembargo do Paço offerecer perdão. [4]

(5) Ord. Liv. 2. tit. 59. §. 7.

(6) Ord. Liv. 5. tit. 88. §. 2.

(7) Ord. Liv. 5. tit. 88. Coll. 1. n. 1. e 2.

(8) Alv. de 1 de Julho de 1776 §. 4. que declara e amplia a Ord. Liv. 5. tit. 80. §. 15. e a Lei de 23 de Fevereiro de 1624.

(9) Ord. Liv. 5. tit. 62. §. 1. e 6.

(1) Ord. Liv. 1. tit. 65. §. 21. Coll. 1. n. 1. e 2.

(2) Ibid.

(3) Ord. Liv. 5. tit. 62. §. 5.

(4) Ord. Liv. 1. tit. 65. Coll. 2. n. 4.

CAPITULO IV.

Dos Animæes Domesticos.

§. I. *Gado.*

Quem passar gado para fóra do reino, tem pena de degredo (1), e se for achado dentro de meia legoa do extremo, lie tomado por perdido (2), o que não acontece, quando for com licença a lavar além da raia (3); e dentro de dez legoas della deve escrever-se nos mezes de Abril, Maio, e Junho. (4)

O gado escuso por ser das dez legoas da raia de Castella se ha de descarregar no outro anno nos ditos mezes (5): quando se levar a pastar fóra do termo do lugar, se assentará no livro da camara, e se tornará dentro de seis mezes sob pena de se perder (6), e quando se mudar de hum lugar para outro, dentro das dez legoas da raia, se registrará, e se tirará certidão de guia. (7)

(1) Ord. Liv. 5. tit. 115: Cortes de Santarem de 28 de Maio de 1468: Assento de 8 de Agosto de 1738. Por Alv. de 1 de Janeiro de 1605 foi permittida a passagem do gado para Castella.

(2) Ibid. §. 2.

(3) Ibid.

(4) Ibid. §. 4.

Leis feitas em Cortes de Torres Novas e Evora nos an. de 1525 e 1535, publicadas a 29 de Novembro de 1538.

(5) Ibid. §. 5.

(6) Ibid. §. 20.

(7) Ibid. §. 24.

Quem tiver carta de vizinhança pôde comprar gado [8], seja para criação, ou para o vender na corte e no Algarve [9], e sem ella ninguem o pôde comprar fóra do lugar e termo, onde he morador (10) sob pena de pagar anoveado. (11)

Cada hum pôde comprar e vender o gado, que houver mister para a sua lavoura e criação, e mais não (12), e o carniceiro obrigado pôde comprar o gado, que lhe for necessario para o talho sem outra licença. (13)

Gado e bestas pôde guardar o orfão, que anda por soldada. (14)

Póde-se arrendar gado por certos annos, e certa pensão ou viva, ou morra no dito tempo. (15)

O gado, que for achado nas vinhas, olivaeas, e pomares nos tempos defezos, tres vezes em hum mez, será lançado seis mezes fóra do termo da cidade, villa, ou lugar onde estiver seu dono. (16)

Ninguem pôde tirar gado, que está no curral do *concelho*. (17)

O gado achado do vento, se traz a pregão por quatro mezes, e apparecendo o dono, se lhe entrega, fazendo certo, que he seu, e pagando as cus-

(8) Ibid. §. 15.

(9) Ibid. §. 17.

(10) Ibid. §. 10.

(11) Ibid. §. 14.

(12) Ibid.

(13) Ibid.

(14) Ord. Liv. 1. tit. 87. §. 13.

(15) Ord. Liv. 4. tit. 69.

(16) Ord. Liv. 5. tit. 87. §. 1.

(17) Ibid. §. 3.

ras (18), e passados os quatro mezes he julgado ao rendeiro ou mordomo, e não he admittido o dono a demandallo. (19)

Não póde trazer gado nenhum senhor de terras, ou alcaide mór nos lugares, em que tiverem o senhorio, ou alcaidaria (20), assim como os officiaes de justiça e vereadores não o podem trazer nos lugares, onde servirem, e seu termo, com pena de suspensão, e de degredo. (21)

Gados alheios quem os matar, que penas tem. (22)

(18) Ord. Liv. 3. tit. 94. §. 1.

(19) Ibid. §. 3.

(20) Ord. Liv. 5. tit. 87. §. 2.

(21) Ord. Liv. 5. tit. 87. Coll. 1. n. 2.: Cortes do anno de 1563: Leão part. 4. tit. 6. Esta prohibição extendeo El Rei Philippe III. aos escrivães das camaras em 12 de Maio de 1612.

(22) Alv. de 15 de Dezembro de 1775 §. 12.

O Senhor Rei D. João III. pela Lei de 18 de Julho de 1564 concedeo grandes privilegios a quem mostrasse, que nos seus rebanhos havia certo numero de crias.

Pela Portaria de 18 de Fevereiro de 1812 se ordenou evacuassem os gados aquelles sitios, aonde estivessem ao alcance do inimigo, ficando communs os pastos para onde se retirassem, e renovou-se a ordem pela Portaria de 28 de Março do mesmo anno. O Alv. de 2 de Junho de 1801 ordenou, que os gados, que por occasião da guerra se retirassem da raia, fossem recebidos nas coutadas, e baldios das camaras, etc.

Pela Portaria de 11 de Fevereiro de 1813 se derão providencias para cohibir os monopolios e travessias dos gados com o pretexto do fornecimento para a esquadra Britanica: veja-se o Alv. de 25 de Fevereiro de 1802.

O Senado da Camara por edital de 21 de Julho de 1809 prohibio que houvesse talhos de carne em outras partes,

§. II. *Cavillos.*

Para fóra do reino não se póde levar cavillos (1): o natural, e morador neste reino, indo para Castella, póde levar os cavillos, que lhe forem necessários para sua cavallaria e carga, com tanto, que os registre, e se obrigue aos tornar, ou outros tão bons por elles (2), e o morador de Castella se trazer a este reino cavillos, deve-os registrar; e se os levar para Castella sem o registro, lhe são tomados, posto, que queira provar, que os metteo de Castella. (3)

Os tabelliães são obrigados a ter cavillos, assim como outros officiaes (4), menos os moedeiros.

Cavillo de estado na estrebaria escusa o peão de pena vil. (5)

Não se podem metter em seges, nem comprar cavillos das tropas sem serem contramarcados. (6)

Os cavillos comprados por conta da Fazenda Real, mandão se alistar, e são cedidos aos capitães, que os pedem para as suas companhias. (7)

que não fossem açougues publicos; porque nos clandestinos se falsificação os pezos, se defraudão os direitos reaes, e se dá extracção a rezes infectas. Veja-se o Alv. de 15 de Dezembro de 1696.

(1) Ord. Liv. 5. tit. 112. §. 6.

(2) Ibid. §. 7.

(3) Ibid.

(4) Ord. Liv. 1. tit. 57. Coll. 1. n. 1. Quem tiver coche, liteira, macho, ou mula de sella he obrigado a ter cavillo Lei de 5 de Out. de 1660.

(5) Ord. Liv. 5. tit. 139.

(6) Ord. Liv. 5. tit. 112. Coll. 1. n. 6. Alv. de 9 de Agosto de 1701.

(7) Decreto de 2 de Abril de 1762.

§. III. *Egoas.*

Ninguém pôde tirar egoas fóra do reino (1), nem vender. (2)

Se algumas pessoas tiverem egoas voluntariamente, a quem a Junta das caudellarias não pôde obrigar a rellas, hão de concorrer com ellas ao cavallo de cobrição (3): e se os ecclesiasticos as tiverem hão de ser requeridos para concorrerem com ellas tambem ao cavallo de cobrição. (4)

Se alguem lançar egoa de luta ao contrario, perde a cria. (5)

A'cerca da siza dos cavallos: veja-se Leão part. 5. tit. 3. Alv. de 28 de Março de 1462, e a respeito da criação delles o Regul. de 4 de Abril de 1645: de 23 de Dezembro de 1692: Inst. de 13 de Outubro de 1736. Leão part. 6. fol. 209.

A Intendencia Geral da Policia publicou hum Edital de 27 de Dezembro de 1809, em virtude de hum Aviso de 26 do mesmo mez e anno, que declara o §. 5. do Alv. de 12 do referido mez e anno, e ordenou, que todos os cavallos, que tivessem 52 pollegadas, e dahi para cima, ficassem sujeitos ao alistamento, a que se procedeo na conformidade do mencionado Alv.

A mesma Intendencia, sobre este objecto, forão expedidos os Avisos de 9 e 10 de Fevereiro de 1810, e á Inspecção Geral da Cavallaria os de 30 de Janeiro, e 10 de Fevereiro do mesmo anno, dos quaes o primeiro declara o art. 14 do Alv. de 12 de Dezembro de 1809, permitindo á Cavallaria do Corpo do Voluntarios Reaes do Commercio a compra de cavallos fóra do reino.

(1) Ord. Liv. 5. tit. 112. §. 6.

(2) Ord. Liv. 5. tit. 112. Coll. 2. n. 4. no tit. do Superintendente §. 10. e 11.

(3) Ibid. §. 12.

(4) Ibid. §. 13.

(5) Ibid.

§. IV. *Mulatos.*

Requerêrão os povos (1), que os lavradores de Entre Douro e Minho não podessem criar mulatos ou machos, para vender, nem bestas, menos bezzerros.

O Senhor Rei D. João III. determinou (2), que ninguém podesse criar Entre Douro e Minho mais que hum mulato; porque a criação delles impedia a do gado vacum com detrimento da agricultura.

Na Ord. Liv. 5. tit. 112. Coll. 2. n. 4. se falla na Junta das caudellarias e nos Superintendentes dellas, e nestes tambem na Ord. Liv. 1. tit. 58. Coll. 1. n. 13.

Pedirão os povos, que se não lançassem asnos ás egoas, (em Elvas a 29 de Maio de 1399) mas sim cavallos (em Lisboa no anno de 1468), e o mais que lhes approve pedir a este respeito: em Evora no mez de Março de 1490, e em Lisboa no anno de 1641.

O Senhor Rei D. João II. permittio lançarem-se asnos ás egoas galegas, sendo de marca. Regim. de 22 de Outubro de 1566 §. 52. Alv. de 31 de Janeiro de 1566. Leão part. 4. tit. 11. fol. 163., o que se havia prohibido em algumas comarcas pela Lei de 7 de Agosto de 1549, na qual se indicárão os sendeiros, que se devião capar.

(1) Em Torres Novas no anno de 1525: em Evora no de 1535.

(2) Lei 28 das Cortes de 1538 Leão part. 4. tit. 17. L. 7. fol. 164.

A respeito das mulas, facas, quartões etc. vejão-se as Leis de 12 de Agosto de 1570, de 2 de Dezembro de 1642.

§. V. *Porcos.*

Pedirão os povos, que os moradores de Montemór novo podessem criar porcos, tendo-os prezos.
(1)

(1) Liv. 4. de Guad. fol. 127.

Por Aviso de 26 de Fevereiro de 1810 se ordenou, que nos açougues e bancas se vendesse carne de porco nesse anno, regulando-se a estiva della pelo preço do outro anno.

O Senado da Camara por Edital de 23 de Janeiro de 1811, em consequencia da resolução de 19 do mesmo mez e anno, prohibio requizições semelhantes á que fizerão as mulheres, que vendem carnes nos lugares da Ribeira Velha, pedindo licença para cortarem porcos de toda a arrobação, e para venderem por todo o anno os toucinhos salgados, e carnes ensacadas, contra a resolução de 6 de Outubro de 1800, de 23 de Fevereiro de 1801, e de 10 de Janeiro de 1803, nas quaes só se lhes permite cortarem carne de inarrans, que não excedão a tres arrobas.

O Senado, por Edital de 20 de Outubro de 1811, ordenou, que nesse anno se vendesse livremente carne de porco sem sugeição de taxa, e sem excesso do preço com que corria por grosso.

O mesmo Senado, por outro Edital de 22 de Outubro de 1812, fez publico, em virtude de hum Aviso de 20 do mesmo mez e anno, que nos talhos de Lisboa se havia de vender carne de porco, magra e gorda, vinda do Rio de Janeiro, sendo a magra a 120 reis o arratel, e a gorda, a 150 reis, a qual se devia vender por miudo e a pezo, que não excedesse a 15 arrateis.

Sobre a venda e compra de porcos nos montados: veja-se o Edital do Senado, na data de 10 de Dezembro de 1803.

§. VI. *Cabras.*

Foi requerido pelos povos, que os criadores não podessem trazer cabras com ovelhas. (1)

§. VII. *Ovelhas.*

Os povos pedirão, que se não matassem, nem vendessem ovelhas em Estremoz (1): que não fossem nas pautas as pessoas de Castello Branco, que tivessem ovelhas (2), e que os borregos se não apartassem das mãis. (3)

(1) Ao Senhor Rei D. João IV. em Côrtes da Torre de Moncorvo.

Não se devem apascentar cabras junto de oliveiras; porque as inficionão.

(1) Ao Senhor Rei D. Duarte em Estremoz, que respondeu a 16 de Abril de 1436. Liv. da sua Chanc. fol. 219.

(2) Ao Senhor Rei D. João IV. em Castello Branco, que respondeu em Lisboa no anno de 1641.

(3) Leão part. 4. tit. 6. L. 13.

O Senhor Rei D. João III. declarou como se farião as carneiradas, o que revogou a Ord. do Senhor Rei D. Manoel Liv. 5. tit. 89. §. 18.

A respeito das carneiradas: veja-se a Ord. L. 1. tit. 68. e Liv. 5. tit. 115.

Pela Provis. de 20 de Setembro de 1687 forão confirmadas as Posturas de Tentugal e Montemor velho sobre a pastagem das ovelhas no campo de Coimbra, e pela Lei de 27 de Janeiro de 1694 foi prohibido pastarem ovelhas no campo do Mondego, a beneficio da criação dos cavallos.

§. VIII. Lans.

Não se póde levar lans para fóra do reino (1); e ninguém as póde comprar na Guarda, Castello Branco, e Pinhel com pena de perdimento dellas, e outras, e não se podem comprar para revender.

Sómente podem vender lans os senhores dellas, ou seus criados, e nos sitios determinados: não se podem vender por menos de 200 réis nem mais de 2000 réis por arroba: os cardadores, fiadeiras, e tecelões não podem vender lans brutas ou fiadas, per si ou por interpostas pessoas, e fazendo-o, são reputados por ladrões, e por taes castigados. (2)

Lans, são sómente obrigados a vender na villa da Covilhã os moradores della, e de seu termo, e

(1) Ord. Liv. 5. tit. 112. §. 1.

O Senhor Rei D. Pedro II. ordenou que annualmente se devaçasse duas vezes sobre os descaminhos das lans: em 20 de Setembro de 1698. Veja-se o Decreto de 27 de Fevereiro de 1802, no qual se ordena que toda a lã ou portugueza, ou hespanhola, que em crú, e sem ser manufacturada se exportar para fóra do reino, pague nas alfandegas, os direitos por inteiro sem diminuição ou abatimento algum, fazendo-se a avaliação nas pautas, em cada anno, pelo maior preço que as mesmas lans houverem tido no anno precedente: neste Decreto tambem se declarão subsistentes as isenções de sizas de todas as lans, que se consumirem e forem manufacturadas nas fabricas do reino. Veja-se o Decreto de 25 de Janeiro de 1781, que revogou o de 4 de Setembro de 1769 na parte em que restituia o commercio das lans á sua antiga liberdade.

(2) Lei de 11 de Agosto de 1759: veja-se o Decreto de 25 de Janeiro de 1781, que permite a estipulação dos preços inteiramente á avença das partes.

não os que forem de fóra do tal termo, mas os moradores de fóra delle podem vender lans nas villas de seus districtos, aonde sómente se deve pagar siza. As lans, que não merecerem 20 réis podem vender-se a contento das partes, sendo porém examinada judicialmente a sua inferioridade. As lans de inferior qualidade podem applicar-se para baetas, e o contrario he caso de devassa de correição. (3)

§. IX. Coiros.

Ninguem póde tirar para fóra do reino coiros vacuns. (1)

O Senhor Rei D. José permittio, que os coiros verdes se transportassem para fóra do reino, não sendo precisos para as fabricas dos atanados do mesmo; para o que se lhe notificarão de tres em tres mezes (2): os coiros e solas sem marca achados na *alfandega*, e *casa da India* pertence á *Junta* arrecadillos, e destribuillos na fórma ordenada. (3)

Solas, e atanados fabricados fóra do reino não podem despachar-se na *alfandega*. (4)

He defesa a exportação dos retalhos e raspas dos coiros. (5)

(3) Alv. de 7 de Novembro de 1766 que declara e amplia o de 11 de Agosto de 1759 e o Regim. de 7 de Janeiro de 1690.

(1) Ord. Liv. 5. tit. 92. Côrtes em Alvito de 1482.

(2) Alv. de 7 de Novembro de 1765.

(3) Estat. da Junta do Comm. Cap. 17. §. 16. Confirm. pelo Alv. de 16 de Dezembro de 1756.

(4) Decreto de 8 de Abril de 1758.

(5) Lei de 11 de Fevereiro de 1773.

Frete dos coiros remettidos do Rio, Bahia, e Pernambuco, sendo em cabello, são 300 réis, de atanado 400 réis, e de meio de sola 200 réis. (6)

Os fretes dos coiros sem declaração são precipuos, e sem abatimento do comboy para os donos dos navios. (7)

CAPITULO V.

Dos Insectos.

§. I. *Abelhas.*

N ão se podem arrendar abelhas em colmeias (1), nem se podem comprar para matar. (2)

Mel, que vier do Brazil, para o concerto do tabaco não paga direitos. (3)

A exportação do mel para fóra do reino he defesa (4), assim como da cera, e a falsificação desta. (5)

(6) Alv. de 14 de Abril de 1757.

(7) Alv. de 28 de Março de 1759, que declara o de 14 de Abril de 1757.

A respeito das carnes: veja-se a Ord. Liv. 1. tit. 66. Coll. 1. n. 1. 2. e 3. e Coll. 2. n. 2. 3. e 4.

S. A. R., pelo Alv. de 3 de Junho de 1809, determinou, que a carne verde de vacca, que se vendesse no Estado do Brazil e Dominios, pagasse 5 reis por arratel para a Fazenda Real.

(1) Ord. Liv. 4. tit. 69.

(2) Ord. Liv. 5. tit. 78.

(3) Estat. da Junta do Comm. Cap. 17. §. 17. confirm. pelo Alv. de 16 de Dezembro de 1756.

(4) Ord. Liv. 5. tit. 112. §. 1. tit. 109. §. 3.

(5) Ord. Liv. 5. tit. 57.

§. II. *Bichos de seda.*

O Senhor Rei D. José concedeo privilegios aos que colhessem seda: a saber, por 10 arrateis em rama, e dahi para cima, isempção de siza e dizima: por hum a arroba, e dahi para cima, os privilegios, que tem os caseiros encabeçados dos *grandes*: por tres arrobas, e dahi para cima concedeo aos mechanicos a aptidão para os cargos, que requerem nobreza, e aos nobres o recurso ao *throno* para se lhes fazer mercê. (1)

CAPITULO VI.

Das Coimas.

Coimas póde fazer a parte com hum a testemunha (1): dentro de hum mez podem-se demandar pelos rendeiros (2), e não as demandando, julgão-

(1) Em 20 de Fevereiro de 1752.

O Senhor Rei D. Pedro II. ordenou se cultivassem os bichos de seda, e o seu Ministro Conde de Ericeira estabeleceo 50 theares na Manufactura da seda, que então era ás Portas de Santa Catherina.

A'cerca deste importante ramo de commercio consultem-se os Decretos de 2 e 19 de Abril de 1757, os Estat. da Real Fabrica das sedas confirm. pelo Alv. de 6 de Agosto de 1757, o Decreto de 24 de Outubro de 1757, o Alv. de 30 de Abril de 1760, e o de 3 de Maio de 1761. Vejam-se tambem as primeiras Côrtes do Senhor Rei D. João II.

(1) Ord. Liv. 1. tit. 66. §. 27.

(2) Ord. Liv. 1. tit. 68. §. 13.

se aos *concelhos* (3). As coimas, que o alcaide houver de arrecadar, póde demandallas até tres dias (4): ellas prescrevem por dois mezes (5). Não podem fazer coimas os meirinhos da *corte*, nem das correições, sem hum homem bom juramentado, elegido pelo concelho, e fazendo-as sem elle, não se lhe dá fé (6). As coimas, que são postas aos que forem achados, tomando agoa, ou lastro em barcas, depois do sino de recolher, pertencem ao alcaide mór (7). Quem fizer coimas acintemente, mettendo gados em pães, vinhas, oliveaes, ou pomares, no tempo, em que são coimeiros, he degradado por tres annos pela primeira vez (8). Não se podem julgar as coimas aos senhores de terras, que fizerem coutadas ou defezas em matos maninhos, ou charnecas (9). Coimas não póde quitar vereador algum á pessoa, que nellas tiver incorrido, com pena de a pagar anoveado para o *concelho* (10). Os almotaces despachão coimas á revelia, não apparecendo as partes na audiencia, depois de lançados pregões para que vão a ella (11). Coimas não julgão os almotaces aos meirinhos, ou seus homens, que as fizerem sem jurado (12). Os almotaces não pagão coimas por suas pessoas, e fazenda, se cumprirem

(3) Ord. Liv. 1. tit. 68. §. 13.

(4) Ord. Liv. 1. tit. 75. §. 24.

(5) Ord. Liv. 1. tit. 68. §. 13.

(6) Ord. Liv. 1. tit. 21. §. 6.

(7) Ord. Liv. 1. tit. 74. §. 21.

(8) Ord. Liv. 5. tit. 87. in princ.

(9) Ord. Liv. 5. tit. 91. §. 1.

(10) Ord. Liv. 1. tit. 66. §. 19.

(11) Ord. Liv. 1. tit. 68. §. 1.

(12) Ibid. §. 3.

o que a *lei* manda sobre a sua arrecadação (13). Devem-se assentar as coimas dentro de tres dias, e executar dentro de hum mez. (14)

Nas sentenças de absolvição das coimas devem declarar os *Provedores* os fundamentos porque as absolvem (15), e destas sentenças devem os almotaces appellar ex officio (16). Das sentenças condemnatorias podem as partes appellar ou aggravar (17). Os assentos das coimas devem ser assignados por testemunhas (18). Os *Provedores* não pôdem fazer revista das coimas de mais de hum anno (19): da audiencia da revista dellas não podem os *Provedores* levar salario mais da quarta parte do que deixarem condemnado (20), e só fazendo as audiencias pessoalmente, podem levar salario (20). e não o recebem da mão dos procuradores do concelho, sem se cobrarem as coimas dos condemnados (22). Da condemnação das coimas não ha pessoa alguma privilegiada (23). As sentenças das coimas alcançadas contra os poderosos, as devem fazer executar os *Prove-*

(13) Ibid. §. 15.

(14) Ord. Liv. 1. tit. 68. §. 13.

(15) Ord. Liv. 1. tit. 62. Coll. 1. n. 8.

(16) Ibid.

(17) Ibid.

(18) Ibid.

(19) Ibid.

(20) Ord. Liv. 1. tit. 62. Coll. 1. n. 9.

(21) Ibid.

(22) Ibid.

(23) Ord. Liv. 1. tit. 62. Coll. 1. n. 11. Liv. 2. tit. 59. Coll. 1. n. 2. 3. e 4. Liv. 3. tit. 5. Coll. 1. n. 2. e 3. Liv. 3. tit. 5. Coll. 1. n. 5. Alv. de 12 de Fevereiro de 1765. §. 10.

dores e Corregedores (24), e as devem acceitar em pagamento aos rendeiros (25). As coimas só se devem demandar perante os almotaces (26), e dellas se não deve tirar a terça parte para os captivos das condemnações dellas, sem embargo de quaesquer sentenças. (27)

Os povos pedirão, que não fosse valido o privilegio concedido ao procurador dos pastores Serranos do campo de Ourique e serra da Estrella, e que em todo o caso fossem encoimados os seus gados, sendo achados em lugares coimeiros (28): que os moradores de Alcacer do Sal podessem matar o gado vacuum, que achassem nas suas fazendas (29): que o gado do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra fosse encoimado, sendo achado a fazer damno (30): que se encoimassem os gados, e bestas, que entrassem nos coutos do concelho de Santarem, e que se não entregasse o gado recolhido no curral, antes de ter satisfeito ao damno [31]: que fossem entregues a seus donos os gados, que tivessem feito damno, dando elles fiança (32), e que na villa de Evora se fizesse por eleição e pelouro hum juiz, que conhecesse dos damnos, que fazião os gados nas vinhas e oliveaes. [33]

(24) Ord. Liv. 1. tit. 66. Coll. 1. n. 6.

(25) Ibid. n. 14. §. 1. in fin.

(26) Ord. Liv. 1. tit. 66. Coll. 1. n. 14. §. 13.

(27) Ord. Liv. 2. tit. 28. Coll. 1. n. 1.

(28) Ao Senhor Rei D. João IV. em Castello Branco.

(29) Ao mesmo Senhor em Lisboa.

(30) Ao Senhor Rei D. Affonso V. em Coimbra.

(31) Ao mesmo Senhor.

(32) Em Evora no mez de Março de 1490.

(33) Ao Senhor Rei D. Manoel.

56 *Primeiras Linhas do Direito Agrario.*

O Senhor Rei D. Affonso VI. havia concedido licença aos moradores de Alcacer do Sal, e de Evora para mattarem o gado, que achassem fazendo damno em suas fazendas, sendo estas tapadas. Se as terras fossem tapadas podia obviar-se o prejuizo das coimas, e o damno da agricultura.

F I M.

I N D I C E.

Secção I.

CAPITULO I. <i>Das Terras do Soberano.</i>	Pag. 5
CAP. II. <i>Das Terras dos Vassallos.</i>	ibid.
CAP. III. <i>Do Tombo ou Demarcação.</i>	6
CAP. IV. <i>Das Sesmarias.</i>	7
CAP. V. <i>Dos Tributos.</i>	8
CAP. VI. <i>Das Servidões.</i>	9

Secção II.

CAP. I. <i>Das Plantas.</i>	ibid.
§. I. <i>Trigo.</i>	ibid.
§. II. <i>Palha.</i>	11
§. III. <i>Arroz.</i>	12
§. IV. <i>Linbo.</i>	13
§. V. <i>Urzella.</i>	ibid.
§. VI. <i>Tabaco.</i>	ibid.
§. VII. <i>Açucar.</i>	16
CAP. I. <i>Dos Arbustos.</i>	17
§. I. <i>Anil.</i>	ibid.
CAP. III. <i>Das Arvores.</i>	ibid.
§. I. <i>Arvores em geral.</i>	ibid.
§. II. <i>Sovereiros.</i>	20
§. III. <i>Sabugueiros.</i>	21
§. IV. <i>Oliveiras.</i>	ibid.
§. V. <i>Amoreiras.</i>	22
§. VI. <i>Larangeiras.</i>	ibid.
CAP. IV. <i>Das vinhas, e suas produções.</i>	ibid.
§. I. <i>Vinhas.</i>	ibid.

§. II. <i>Vinhos.</i>	23
CAP. V. <i>Das Pastagens.</i>	27

Secção III.

CAP. I. <i>Dos privilegios concedidos aos lavradores.</i>	28
CAP. II. <i>Dos Damnhos.</i>	34

Secção IV.

CAP. I. <i>Dos Animaes da Pesca.</i>	35
CAP. II. <i>Dos Animaes de Caça.</i>	39
CAP. III. <i>Dos Animaes Bravos.</i>	40
CAP. IV. <i>Dos Animaes Domesticos.</i>	41
§. I. <i>Gado.</i>	ibid.
§. II. <i>Cavallos.</i>	44
§. III. <i>Egoas.</i>	45
§. IV. <i>Mulatos.</i>	46
§. V. <i>Porcos.</i>	47
§. VI. <i>Cabras.</i>	48
§. VII. <i>Ovelhas.</i>	ibid.
§. VIII. <i>Lans.</i>	49
§. IX. <i>Coiros.</i>	50
CAP. V. <i>Dos Insectos.</i>	51
§. I. <i>Abelhas.</i>	ibid.
§. II. <i>Bichos de seda.</i>	52
CAP. VI. <i>Das Coimas.</i>	ibid.

Fim do Indíce.

PRIMEIRAS LINHAS
DO
DIREITO COMMERCIAL
DESTE REINO.

PELO BACHAREL

PORFIRIO HEMETERIO HOMEM DE CARVALHO.

LISBOA;
NA IMPRESSÃO REGIA:

1815.

Com Licença.

C815
C331 p.

2 VOUCHES IN 1 VOL.

1600

8/11